



Educação Unisinos

E-ISSN: 2177-6210

revistaeduc@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Brasil

Bilhão, Isabel

Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais  
anarquistas brasileiros (1900-1920)

Educação Unisinos, vol. 20, núm. 2, mayo-agosto, 2016, pp. 176-184

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449646791005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920)<sup>1</sup>

### Press and workers' education: Analysis of the spread of rationalist education in Brazilian anarchist newspapers (1900-1920)

Isabel Bilhão<sup>2</sup>  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
ibilhao@unisinos.br

---

**Resumo:** O artigo objetiva analisar a difusão dos preceitos educacionais racionalistas voltados à educação dos trabalhadores e seus filhos, realizada em veículos da imprensa anarquista, durante as primeiras décadas do século XX. Com base em amostras de textos publicados nos jornais *A Luta*, de Porto Alegre; *A Voz do Trabalhador*, do Rio de Janeiro e *A Lanterna*, de São Paulo, pretende-se observar os argumentos em defesa do racionalismo pedagógico, em suas relações com a construção da imagem e da memória do pedagogo Francisco Ferrer, fundador da Escola Moderna. Parte-se do princípio de que, nas décadas iniciais da República, intensificou-se a organização do operariado urbano, e a educação escolar desse grupo passou a ser vista como um importante campo de batalhas ideológicas, momento em que a imprensa se tornou uma das principais armas de combate e de divulgação de concepções, dentre elas, a racionalista. Assim, essa discussão pretende contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as primeiras iniciativas de educação escolar para os trabalhadores fora do âmbito estatal no Brasil.

**Palavras-chave:** imprensa, educação operária, pedagogia racionalista.

**Abstract:** This article analyzes the spread of rationalist educational precepts aimed at the education of workers, held in the anarchist press during the first decades of the twentieth century. Based on samples of texts published in newspapers *A Luta*, from Porto Alegre, *A Voz do Trabalhador*, from Rio de Janeiro and *A Lanterna*, from São Paulo, it is intended to observe the arguments in defense of the spread of the pedagogic rationalism, in its relations with the construction of the image and memory of educator Francisco Ferrer, founder of the Modern School. The guiding hypothesis is that, in the early decades of the Republic, the workers' organization was intensified and the education of this group came to be seen as an important field of ideological battles, and the use of media has become one of the main weapons to combat and dissemination of ideas, among them, the rationalist. This discussion aims to contribute to the expansion of knowledge about the early education initiatives for workers outside the state level in Brazil.

**Keywords:** press, workers' education, rationalist pedagogy.

---

<sup>1</sup> Esta discussão está inserida em um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado *Entre a fé e a razão: disputas de católicos e anarquistas pela educação operária (Espanha, Brasil e Argentina – 1891 a 1920)* desenvolvido junto ao PPG-Educação/Unisinos, com financiamento do CNPq. Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, Maringá (PR) em 2015.

<sup>2</sup> Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-750, São Leopoldo, RS, Brasil.

## Introdução

Este artigo aborda a difusão dos preceitos educacionais racionalistas e da defesa da criação de Escolas Modernas para os trabalhadores e seus filhos, realizada por periódicos de tendência anarquista em distintas partes do país, nas décadas iniciais do século XX. Pretende-se identificar os postulados pedagógicos e as definições de educação racionalista, bem como observar os argumentos mobilizados em defesa da Escola Moderna e as lutas em torno da memória e do legado de seu fundador, o pedagogo catalão Francisco Ferrer.

Em relação a esse campo doutrinário, o que se nota é a propagação de um anarquismo difuso, baseado na leitura de obras de teóricos tão distintos quanto Proudhon e Bakunin, Kropothkin e Élisée Reclus ou, especialmente, de seus tradutores e divulgadores, como, por exemplo, o português Neno Vasco, nos moldes característicos que marcaram a disseminação do pensamento social ao longo do século XIX e décadas iniciais do século XX. Apesar da grande diversidade de formulações que marcava sua atuação, os militantes tinham algumas posturas comuns, entre elas, a defesa dos direitos operários, especialmente a jornada diária de oito horas de trabalho; as campanhas em prol do “levantamento moral” da classe, por meio da educação; bem como o uso da imprensa como o principal veículo de divulgação de ideias e doutrinação da sociedade (Barrancos, 1990; Suriano, 2001; Hardman, 2002; Toledo, 2004).

Entre os princípios da educação racionalista, defendidos pelos veículos aqui analisados, estavam o ensino das ciências naturais e a defesa do aprendizado ativo, especialmente baseado na observação da natureza e das relações sociais. Essa concepção foi amplamente divulgada a partir das atividades da *Escuela Moderna*, fundada pelo pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardia, que funcionou em Barcelona entre 1901 e 1906. Embora Ferrer nunca tenha se definido como anarquista<sup>3</sup>, suas concepções acabaram por se tornar um dos mais importantes modelos para a pedagogia libertária

(Gallo, 2013). Entre seus postulados, destacavam-se a defesa da coeducação de meninos e meninas no mesmo ambiente, a observação dos aspectos físicos, profissionais e ético-morais dos estudantes e a coeducação das classes, ou seja, uma escola aberta não apenas aos filhos dos trabalhadores, mas a todos aqueles que comungassem de seus ideais pedagógicos (Gallo e Moraes, 2005, p. 89; Gallo, 2013, p. 244).

Saliente-se que tais proposições – a defesa do conhecimento científico no âmbito escolar, a coeducação dos sexos e a coeducação das classes – fazem parte dos amplos embates e das transformações pelas quais a sociedade ocidental vinha passando, pelo menos desde o século XVIII. Esses embates, próprios de um mundo em acelerada transformação econômica e tecnológica, procuravam colocar em xeque o poder religioso de definir o conhecimento válido e questionavam, em maior ou menor grau, as noções tradicionais de gênero e organização social.

No Brasil, poucas décadas após o final da monarquia e da escravidão, educadores e divulgadores do ensino racionalista, como Polydoro dos Santos<sup>4</sup>, em Porto Alegre; João Penteado<sup>5</sup>, em São Paulo e José Oiticica<sup>6</sup>, no Rio de Janeiro, ocuparam grande quantidade de páginas da imprensa militante para defender essa proposta pedagógica, colocando-se frontalmente contra o pensamento católico e em defesa de uma nova forma de ensino que rompesse com sua visão de mundo. Os jornais que servem de base empírica a este artigo são alguns dos exemplos de veículos que participaram desse esforço.

A análise que segue está organizada em duas partes. Na primeira, reflete-se brevemente sobre as características gerais da imprensa militante ao longo da Primeira República (1889-1930). Em seguida, tomando como exemplo excertos dos jornais *A Lanterna*, de São Paulo, *A Luta*, de Porto Alegre e *A Voz do Trabalhador*, do Rio de Janeiro, observam-se os argumentos em prol da educação racionalista e da apropriação do legado e da construção da memória de Francisco Ferrer.

<sup>3</sup> Ferrer não se definia como anarquista, e sim como livre pensador, e suas concepções pedagógicas foram apropriadas por diversas correntes ideológicas que militavam no meio operário, especialmente pelos socialistas e anarquistas.

<sup>4</sup> A maior parte dos dados biográficos desse personagem advém de seu necrológio, publicado pelo jornal *O Syndicalista* (Porto Alegre, ano VI, n. 3, nov. 1924). Segundo ele, Polydoro dos Santos iniciou suas atividades sindicais em 1906, na *União Operária Internacional*, período em que participou do grupo editorial *d'A Luta*. Em 1910, ingressou na *Federação Operária do Rio Grande do Sul – FORGS* – e, em 1911, tornou-se secretário geral dessa entidade. Inspirado na pedagogia de Francisco Ferrer, em 1906, fundou, juntamente com um grupo de apoiadores, a *Escola Eliseu Reclus* e, em 1914, a *Escola Moderna*. Encabeçou também a fundação, em 1923, da *Sociedade Pró-Ensino Racionalista*. Faleceu em 1924, aos 43 anos.

<sup>5</sup> O Centro de Memória da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME-FEUSP) recebeu a documentação da vida escolar e pessoal do educador anarquista João Penteado, especialmente relacionada ao projeto da Escola Moderna, por ele dirigida em São Paulo entre 1912 e 1919. O trabalho com esse acervo tem possibilitado a realização de diversas pesquisas historiográficas. Entre elas: Peres (2010), Santos (2014) e Moraes *et al.* (2015).

<sup>6</sup> Oiticica era reconhecido em sua época como um indivíduo de cultura vastíssima, tendo conhecimento em diversas áreas, como Direito, Ciências Humanas e Filologia, além de dominar vários idiomas. Vários estudos acadêmicos sobre sua vida e obra já foram realizados – neles, pode-se ler tanto sobre sua militância quanto sobre sua carreira intelectual. Por exemplo: Campos (1988), Samis (2007), Lauris Junior (2009) e Lamounier (2011).

## A imprensa militante na Primeira República: uma breve aproximação

A imprensa já se consagrou como importante fonte de pesquisa para os historiadores em geral e é uma das mais importantes bases documentais para aqueles que estudam os mundos do trabalho. Em relação às características gerais dos veículos militantes, pode-se mencionar, em primeiro lugar, a falta de regularidade, tanto na periodicidade quanto no número de páginas, pois, como eles usualmente não aceitavam publicidade – no máximo propagandeavam livros e espetáculos relacionados à linha editorial do periódico – precisavam contar com os recursos de seus editores, ou com fundos provenientes de campanhas, subscrições e doações em geral. Essa situação era agravada pelo fato de que, no período, a tinta e o papel eram produtos importados, caros e escassos.

Em segundo lugar, destaca-se o fato de que muitos dos periódicos militantes que conseguiram circular por períodos mais longos passaram por descontinuidades em seus grupos editoriais. Estas poderiam ocorrer pelos mais variados motivos, de desentendimentos e rupturas entre os membros da equipe a doenças, prisões e deportações. Portanto, não é incomum observar que um periódico que apresenta o mesmo nome e, supostamente, a mesma orientação ideológica, possa variar em seus conteúdos, formas e postulados, conforme o período em que seja analisado.

Outro aspecto importante é o de que nenhum veículo de imprensa é uma obra solitária. Como observa Tania Regina de Luca, jornais e revistas são “empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita” (Luca, 2008, p. 140).

Além disso, uma característica marcante da imprensa no período era a de que os jornais e revistas não possuíam profissionais que saíssem a campo para procurar informações. Essas, em geral, chegavam às redações por meio de artigos escritos por colaboradores, mais ou menos assíduos, e, igualmente, por meio de cartas dos leitores (Luca, 2008, p. 142). Assinale-se que esse era um traço recorrente também na imprensa internacional da época. Jean-François Sirinelli, por exemplo, ao falar da *Nouvelle Revue Française*, observa o “frenesi epistolar” que caracterizava as páginas daquele veículo, que, segundo ele, “se encontrava sob o signo da correspondência” (Sirinelli, 2003, p. 245).

Na virada do século XIX para o XX, a correspondência era um aspecto marcante da imprensa em geral e

fundamental no caso da imprensa militante. Os jornais dedicados aos trabalhadores se preocupavam em manter colunas de informações sobre o que ocorria no movimento operário em diversas partes do mundo. Os militantes brasileiros utilizavam-se largamente da correspondência com veículos estrangeiros para fazerem chegar, a diversos países da América e da Europa, informações acerca de suas entidades, para denunciar os abusos da exploração patronal e as arbitrariedades cometidas pelas autoridades nacionais e, da mesma forma, as notícias e os escritos produzidos por militantes e teóricos do movimento operário estrangeiro eram traduzidos e publicados pelos jornais brasileiros.

A manutenção dessa rede de correspondências permitia a veículos de distintas correntes ideológicas participarem de grupos de solidariedade e de troca de conhecimentos em diversas partes do mundo, ensejando um reconhecimento recíproco e, ao mesmo tempo, procurando reforçar junto ao seu público leitor uma noção de importância e pertencimento ao internacionalismo operário<sup>7</sup>. No entanto, assinale-se que, na maior parte dos casos, as redações da imprensa militante eram compostas por grupos de lideranças – ou nem tanto – que pertenciam ao que se poderia chamar de “os de cima” do movimento operário. Ou seja, aqueles que tinham acesso a alguma forma de instrução e ao trabalho na imprensa, o que lhes facilitava a veiculação de ideias, a circulação nos meios intelectuais, políticos e artísticos e que, portanto, formavam uma pequena parte, muitas vezes distinta, do conjunto do operariado a quem pretendiam alcançar com seus textos.

Uma das mais importantes funções dos veículos jornalísticos das décadas iniciais do século XX era colocar em circulação os argumentos de grupos contendedores em suas variadas polêmicas. Esses “combates de ideias”, muitas vezes iniciados no campo doutrinário e ideológico, geralmente expandiam-se e davam lugar a acirradas disputas nas quais os militantes procuravam influenciar as mais cotidianas formas de agir e pensar dos trabalhadores, ora recomendando formas saudáveis de lazer e descanso e discutindo sobre vestimentas e posturas morais a serem adotadas pelos trabalhadores (Schmidt, 2000), ora definindo o tamanho adequado da prole operária (Aravanis, 2005), ou informando sobre os melhores métodos de instrução para os trabalhadores e seus filhos.

Esses periódicos eram publicados em um contexto de profundas contradições, pois a República, instituída em 1889, entre outras medidas restritivas, manteve a

<sup>7</sup> Sobre a circulação de ideias e sobre o internacionalismo operário, ver, entre outros: Petersen (1995), Bilhão (2008) e Batalha (2012).

proibição de voto aos analfabetos, herdada do período monárquico, e negou direitos políticos aos estrangeiros. Tais medidas fizeram com que apenas uma parte muito restrita da população tivesse acesso, por exemplo, ao direito político elementar do voto (Carvalho, 2001). Some-se a isso o fato de que a violência e a intolerância do governo diante das reivindicações operárias e o tratamento cotidiano da questão social como “caso de polícia”, ou a simples negação de sua existência, eram posturas comuns ao longo do período.

Essa situação foi reforçada, ainda, pela aprovação no Congresso Nacional de legislação extremamente repressiva, especialmente aquela proposta por Adolfo Gordo – inicialmente como deputado e, posteriormente, como senador da República – como a Lei de Estrangeiros, de 1907 (reeditada em 1919), que permitia a sumária expulsão dos estrangeiros considerados perigosos, e a Lei de Imprensa, de 1923, que proibia o anonimato nos textos publicados e, baseando-se na ideia de responsabilidade solidária, estabelecia severas punições a todos os envolvidos com a elaboração e a circulação de veículos difusores de mensagens considerados atentatórios à segurança pública (Brasil, 1923).

Tais medidas refletiam tanto a inadequação do Estado em promover uma legislação social reguladora das relações trabalhistas quanto as dificuldades de organização que os trabalhadores e grupos militantes enfrentavam em uma sociedade na qual as marcas do regime escravista ainda estavam muito presentes. Assim, muitas lutas precisavam ser travadas para que fossem garantidos os direitos e a valorização social dos trabalhadores. A participação dos veículos militantes, denunciando, instigando e publicizando demandas, também pode ser vista como parte desse processo. Para o caso dessa análise, interessa especialmente as demandas relacionadas com a educação operária, e, feita essa breve aproximação ao contexto mais amplo, passo a apresentar alguns dos principais aspectos relacionados à criação e difusão dos três veículos que embasam essa análise.

Início pelo mais antigo e longo deles, o periódico anticlerical<sup>8</sup> a *A Lanterna*, que passou por três fases de publicação: de 1901 a 1904; de 1909 a 1916 e de 1933 a 1935. O jornal foi criado como órgão da *Liga Anticle-*

*rical*, de São Paulo, sob direção do advogado Benjamin Motta. Na primeira fase, *A Lanterna* apresentou uma tiragem irregular, mas bastante elevada para os padrões da época, alcançando, em alguns números, 26 mil exemplares. Chegou a ser distribuído em várias cidades do interior do estado de São Paulo, no Rio de Janeiro e em outros estados da Federação. A segunda fase do jornal, sob a direção de Edgard Leuenroth<sup>9</sup>, iniciou-se em 1909 e estendeu-se até 1916, com a publicação de 293 edições. A terceira fase, também sob a direção de Edgard Leuenroth, iniciou-se em 1933 e perdurou até 1935, com a publicação de 48 números. Apesar de não se definir claramente como anarquista, esse jornal tinha em seu grupo editorial militantes ácratas e apresentava-se, especialmente em sua segunda fase, como defensor do socialismo revolucionário, rejeitando as disputas político-eleitorais, a propriedade privada e todo tipo de autoridade. Centrava esforços no combate ao pensamento religioso, em geral, e à Igreja Católica, em particular, e participava da difusão do ensino racionalista e das concepções pedagógicas da Escola Moderna.

Já o jornal *A Luta*, de Porto Alegre, circulou, em sua primeira fase, no período de 1906 a 1911. Esse periódico foi criado e dirigido pelo gráfico Polydoro dos Santos, auxiliado por um grupo de militantes que, como ele, participava de longa data do movimento operário porto-alegrense, inicialmente na *União Operária Internacional*<sup>10</sup> e, posteriormente, na *Federação Operária do Rio Grande do Sul* – FORGS<sup>11</sup>. A direção de Polydoro dos Santos foi um dos fatores marcantes na linha editorial do periódico, pois ele foi um dos mais constantes defensores das concepções do pedagogo catalão Francisco Ferrer y Guardia naquela cidade. No jornal *A Luta*, além de defender o ensino racionalista, travou acaloradas polêmicas contra diferentes adversários, entre eles, o Estado, o Clero e os militantes de correntes rivais, especialmente os socialistas (Bilhão, 1999; Schmidt, 2000).

Finalmente, *A Voz do trabalhador*, do Rio de Janeiro, teve duas fases de circulação, a primeira de 1908 a 1909 e a segunda de 1913 a junho de 1915, sob a responsabilidade editorial do militante anarquista espanhol Manoel Moscoso. O periódico foi criado a partir das discussões do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em

<sup>8</sup> Segundo Riegelhaupt (1982, p. 1216) o movimento anticlerical pode ser definido tanto como a atitude de oposição ao poder temporal da Igreja quanto como a hostilidade ao catolicismo como religião ou ideologia. Nem sempre é possível distinguir claramente as duas formas de oposição “anti-igreja” ou “antirreligião”, mas, em qualquer uma delas, observa-se o ataque direcionado ao clero como parte de um ataque mais amplo, à instituição. Conforme Valladares (2000, p. 10), a palavra anticlerical se originou na França, por volta da década de 1850.

<sup>9</sup> Edgard Leuenroth: (1881-1968) jornalista autodidata, militante anarquista e organizador de um vasto acervo com documentação sobre as questões sociais e operárias (reunido no arquivo que leva seu nome, na Unicamp). Dirigiu e colaborou com diversos periódicos anarquistas e anticlericais. Sobre sua trajetória, consultar, entre outros, Lopreato (2000).

<sup>10</sup> Entidade operária fundada na cidade em 1902, já contando em sua diretoria com alguns membros que se definiam como anarquistas: Petersen (2001, p. 140).

<sup>11</sup> Sobre a fundação e atuação da FORGS, podem ser consultados, entre outros: Bilhão (1999), Petersen (2001) e Schmidt (2004).



abril de 1906, na cidade do Rio de Janeiro e que, entre suas resoluções, instituiu a Confederação Operária Brasileira (COB) e determinou a publicação de um jornal para representá-la. Embora tenha sido criado como veículo da COB, que então se encontrava sob influência anarquista, *A Voz do Trabalhador* acabou muitas vezes por restringir seu âmbito de atuação ao movimento operário do Rio de Janeiro. Possuía, em média, quatro páginas, organizadas em cinco colunas, com artigos de opinião, noticiário e espaço para propaganda de livros e eventos operários. Contudo, tanto por dificuldades financeiras quanto pela repressão sofrida, não conseguiu manter um padrão em suas tiragens e periodicidade.

## O ensino racionalista na imprensa operária

Antes de iniciar a análise dos textos jornalísticos, faz-se necessário uma breve aproximação à trajetória educacional de Francisco Ferrer, personagem cuja biografia já foi bastante difundida em trabalhos como os de Tragtenberg (1978), Luizzeto (1987), Gallo e Moraes (2005) Gallo (2013) e Castro (2014) e que aqui será tratado somente no que diz respeito à contextualização de suas propostas pedagógicas.

Em 1901, ele fundou, em Barcelona, a primeira *Escuela Moderna*. Assim como outros pedagogos renovadores do período, Ferrer defendia o ensino das ciências naturais, a coeducação de meninos e meninas no mesmo ambiente e a observação dos aspectos físicos, profissionais e ético-morais dos estudantes. Juntamente com a escola, foi fundada a editora *Publicaciones de la Escuela Moderna*, inicialmente com a finalidade de fornecer livros à nova instituição educativa, aos poucos tornando-se fornecedora de obras para o público adulto, ligado a grupos de livre pensadores, sindicalistas, socialistas e libertários.

Em maio de 1906, o governo espanhol mandou fechar a *Escuela Moderna* e decretou a prisão e o confisco dos bens de Ferrer, acusando-o de participação no atentado ao cortejo nupcial do Rei Afonso XIII<sup>12</sup>. Libertado em seguida, mudou-se para a França e depois para a Bélgica, onde fundou a Liga Internacional para a Educação Racional da Infância e retomou a publicação do *Boletim da Escola Moderna*, iniciando a internacionalização de suas duas linhas editoriais: a escolar e a de divulgação científico-racionalista. Essa internacionalização teve,

como resultados mais visíveis, a ampliação de uma acirrada campanha em favor da renovação pedagógica e o crescimento do número de Escolas Modernas em diversos países da Europa e da América (Velázquez e Viñao, 2010, p. 88-90). As atividades da *Publicaciones* foram interrompidas com a nova prisão e posterior execução de Ferrer, que, tendo retornado à Catalunha, em 1909, foi acusado de ser o mentor intelectual da “Semana Trágica”<sup>13</sup>, condenado à morte e fuzilado, juntamente com mais quatro líderes sindicais, em 13 de outubro do mesmo ano.

A prisão de Ferrer fez com que militantes de distintas correntes ideológicas, identificados com suas propostas pedagógicas, promovessem campanhas por sua libertação em vários países e a manutenção da sentença acabou servindo de base para a construção de um discurso que o apresentaria como mártir da instrução operária. As homenagens, iniciadas enquanto Ferrer ainda vivia, foram alimentadas por inúmeras publicações, biografias e artigos jornalísticos e cresceram enormemente, em especial nos aniversários de seu falecimento.

Nas décadas iniciais do século XX, o aperfeiçoamento dos sistemas de transporte e a expansão da imprensa contribuíram para a circulação de pessoas e para a difusão das mais variadas ideias, ensejando o reconhecimento de grupos com interesses semelhantes em distintos locais do planeta. Ao público brasileiro, especialmente aos trabalhadores que tinham algum contato com o movimento operário, Ferrer foi apresentado por meio de periódicos e opúsculos, em sua grande maioria vindos da Espanha e de Portugal, que então eram traduzidos, adaptados e transcritos, ou oferecidos no original, em gabinetes e clubes de leitura, nas redações dos jornais da imprensa militante e nas bibliotecas das escolas modernas.

Uma dessas escolas foi fundada em Porto Alegre, em 1906, e recebeu o nome de Eliseu Reclús, em homenagem ao geógrafo anarquista francês. As notícias de seu funcionamento apareceram no jornal *A Luta*, que apresenta, entre seus princípios pedagógicos, o de ensinar “o que for mais útil e preciso para a vida prática”, organizando-se o programa de ensino a partir de quatro aulas noturnas oferecidas gratuitamente aos trabalhadores e seus filhos: “primeiras letras e exercícios de escrita; português, aritmética e redação; desenho linear e ornamento; geografia e história” (*A Luta*, 13/09/1906, p. 2). Ainda segundo o periódico:

<sup>12</sup> O autor do atentado, o anarquista Mateo Morral (1880-1906), havia trabalhado como bibliotecário na *Escuela Moderna*. Devido a essa ligação, Ferrer foi indiciado como mentor intelectual do ato (Gallo, 2013, p. 244).

<sup>13</sup> Rebelião popular, ocorrida em Barcelona, de 26 de julho a 2 de agosto de 1909, propagada a partir de uma greve geral contra o envio de tropas espanholas ao Marrocos, e que se caracterizou pelo incêndio de conventos, igrejas e outros prédios religiosos e na qual ocorreram confrontos diretos de trabalhadores e populares com as forças governamentais (Ulmann, 1972).

A fluência que tem tido a Escola desde a época em que foi inaugurada, bem demonstra a sua necessidade, pois os trabalhadores e seus filhos não só não dispõem de recursos para aprender o que têm vontade, como também só têm disponível algumas horas da noite e, nessas condições, não havia até então nenhum local onde pudessem encontrar a realização de seus desejos [...] Esperamos que os trabalhadores desta capital auxiliem como merecem os esforços dos nossos camaradas em prol da emancipação dos próprios trabalhadores (*A Luta*, 01/06/1909, p. 2).

Três aspectos chamam atenção nesse texto, o primeiro deles é o fato de que a escola pretende voltar-se à vida prática dos trabalhadores, questão fundamental para a pedagogia racionalista, que propõe a difusão de um conhecimento técnico-científico concernente às necessidades efetivas dos estudantes. O segundo diz respeito à ênfase na falta de escolas noturnas e gratuitas na cidade, demonstrando que a nova instituição viria a atender uma demanda de fato existente<sup>14</sup>. Terceiro, a reafirmação da ideia racionalista de que a instrução seria o caminho por excelência da emancipação dos trabalhadores. Entretanto, estes deveriam ser protagonistas de seu aprendizado em escolas desvinculadas tanto do poder público quanto dos empregadores, pois, para as lideranças anarquistas, somente assim se evitaria o domínio do Estado e da burguesia sobre o operariado.

Frequentemente este periódico esforçava-se em explicar aos leitores o que seria o ensino racionalista. Assim, por exemplo, em texto assinado por João Branco (provavelmente o pseudônimo de um dos redatores), encontra-se a explicação de que este poderia ser sintetizado em três princípios. O primeiro:

*Como instrução*, como um todo, ou conjunto de matérias ou assuntos de ensino, baseia-se em que a criança só devem ser ministrados conhecimentos à altura do seu entendimento. Só trata do que o cérebro da criança pode entender, perceber. Só ensina a verdade demonstrada, positiva, a que pode explicar-se, a que está ao alcance dos cérebros infantis, a que a razão da criança pode aprender; assimilar (*A Luta*, 17/10/1909, p. 1, grifos no original).

O segundo:

*Como método*, essa verdade só deve ser ensinada por meio do raciocínio. É a própria criança que, vendo, observando, indagando, mexendo com as mãos tira o seu pensamento,

pela sua imaginação, pelo seu raciocínio, a conclusão, a lei, o princípio que se lhe quis ensinar. Em vez de se lhe apresentar em nome da *autoridade do mais velho* que isto ou aquilo é assim... porque é...; em vez de se impor idéias e conhecimentos e obrigar a criança a *decorar*, a *crer*, ensina-se-lhe a descobrir a verdade das coisas, a obter a certeza por si própria (*A Luta*, 17/10/1909, p. 1, grifos no original).

E o terceiro:

*Como fim*, visa a formar em cada ser humano não um indivíduo mutilado, mas *uma individualidade em que haja consciência da sua existência social integral*, isto é, em que esta não é apenas econômica ou política, mas sim, econômica, familiar, artística, científica, moral, jurídica e política. (*A Luta*, 17/10/1909, p. 1, grifos no original).

Essa defesa de princípios permite observar, inicialmente, que a educação racionalista comungava dos ideais cientificistas em voga no final do século XIX e nas décadas iniciais do XX. Naquele período, variados grupos de intelectuais foram influenciados por diversas teorias que buscavam explicar, de uma forma racional, a lógica do mundo social e acreditavam que a ciência e a técnica poderiam resolver problemas básicos da humanidade. A influência cientificista nas propostas pedagógicas em voga se constituiu em importante argumento legitimador por parte dos grupos anarquistas, os quais defendiam a primazia da razão e o emprego da racionalidade em uma pedagogia ilustrada e ativa, visando transformar as formas de pensar e de agir dos trabalhadores e seus filhos.

Mas, indo além, também se pode perceber um esforço em participar da discussão sobre as bases do *campo* pedagógico ainda muito incipiente no Brasil e lutar pela defesa de novas concepções e práticas da educação escolar, realizada por indivíduos que muitas vezes não tiveram, eles mesmos, possibilidades de frequentar a escola e instruíram-se de forma autodidata<sup>15</sup>.

Como parte desse esforço, nota-se, igualmente, a contínua defesa da memória e do legado do fundador da Escola Moderna. Tal difusão permitia tanto apresentar as concepções e os métodos de Ferrer como um modelo a ser seguido quanto propagandar a viabilidade e a expansão internacional desse projeto. Nessa chave de compreensão, pode ser analisado o seguinte trecho, também publicado n' *A Luta*:

<sup>14</sup> A Constituição republicana de 1891 deixava a cargo dos estados e municípios a opção de manter ou não escolas públicas. No caso do Rio Grande do Sul, a Constituição Estadual, baseando-se em preceitos positivistas, definia apenas que o ensino deveria ser leigo, livre e gratuito, não obrigando o Governo Estadual a prover a instrução, que acabou, em grande parte, entregue à iniciativa privada.

<sup>15</sup> Uma análise do autodidatismo nesse período é feita em Sevckenko (2003).

Só na Espanha, no curto espaço de tempo de três anos, depois da soltura de Ferrer [em 1906], devido a sua tenaz propaganda, foram fundadas 173 escolas obedecendo o mesmo método de ensino da Escola Moderna. É esta obra gigantesca que o governo espanhol tenta em vão destruir, assassinando Francisco Ferrer [...] O seu sangue, porém, não foi derramado em vão. Os continuadores de sua obra são inumeráveis, para pesadela da burguesia retrógrada e sanguinária! (*A Luta*, 17/10/1909, p. 1).

A campanha pela libertação de Ferrer e os protestos quando da manutenção de sua sentença de morte foram amplamente difundidos pela imprensa operária brasileira. Um exemplo nesse sentido pode ser encontrado no jornal *A Voz do Trabalhador*, que apresenta uma longa narrativa sobre as manifestações ocorridas na Capital Federal. Segundo o veículo da COB, no dia 17 de outubro de 1909, teriam se realizado comícios em várias partes da cidade, ocorrendo em seguida um cortejo solene. Conforme o texto,

Mais de 4.000 pessoas percorreram as ruas levando à frente uma bandeira negra e a seguir o retrato de Ferrer, noutra, mais atrás o retrato de Afonso XIII em grande uniforme manchado de sangue e, ainda, noutra tela se via o rei assassino descabelado e Maura, ambos degolados e todos salpicados de sangue; essa foi a tela que quando se passou em frente do Consulado Espanhol foi espatifada e a de Afonso assassino o povo a incendiou ao terminar a manifestação (*A Voz do Trabalhador*, 30/10/1909, p. 1).

Ainda segundo o relato, “Alguns jornais foram vaiados, e o *Jornal do Comércio* foi apedrejado, assim como o Consulado [Espanhol]; aqueles, porque inseriram, em suas colunas, insultos à memória de Ferrer” (*A Voz do Trabalhador*, 30/10/1909, p. 1). Observando-se as descrições, pode-se pensar que, para além do desagravo a Ferrer, os organizadores desse ato também iniciaram um processo de disputa por sua memória e de demonstração de força em relação aos grupos opositores. O fato de portarem uma bandeira negra indica que eram anarquistas e, embora Ferrer nunca tenha se definido como tal, e sim como livre pensador, essa foi a corrente de militância que no Brasil mais se destacou na difusão de suas concepções pedagógicas. A finalização do cortejo, com o apedrejamento do *Jornal do Comércio*, parece confirmar essa hipótese, uma vez que a explicação para tal atitude foi a de que o periódico ofendeu a memória de Ferrer.

Essa disputa de memória pode ser pensada a partir das reflexões do sociólogo Michael Pollak, para quem a valorização dos acontecimentos dos quais as pessoas

nem sempre participaram faz com que esses ganhem força no imaginário de um grupo e se transformem em eventos comuns, socializados política ou historicamente, gerando a identificação dos indivíduos com um determinado passado, com uma memória herdada que serve, inclusive, para marcar distinções históricas com outros grupos, reforçando e justificando as relações de identificação e de oposição vivenciadas no presente (Pollak, 1992, p. 201).

Tal proposição pode ajudar a pensar o aprofundamento dos antagonismos em torno da imagem de Ferrer, sacralizado, por um lado, e condenado, por outro. As disputas por sua memória acentuaram-se ao longo dos anos, e muita tinta foi derramada em polêmicas que ora apresentavam-no como mártir da instrução operária, ora culpavam-no, bem como a suas escolas, pelas violências cometidas por distintos grupos militantes em diferentes países. Ilustrativo do esforço de defesa e sacralização do pedagogo catalão, é um breve artigo escrito por José Oiticica, intitulado *Francisco Ferrer e a humanidade nova*, publicado em um número especial d’*A Lanterna*, em outubro de 1912, em recordação do 3º aniversário de seu fuzilamento<sup>16</sup>. Nas palavras do autor:

[...] vemos garrida, pela ação restauradora da Escola Moderna, a nova humanidade, a humanidade porvindoura, alindada por si mesma, pelo esforço da cultura intelectual em que se a razão eleva, se enobrece o entendimento, e o mundo se revela como existe: energias em transformação na perpetuidade da substância indecomponível. E essas duas humanidades se defrontam no suplício de Ferrer. O que nele há belo não é, sobretudo, a heroicidade do seu fim, é a *digladição* dos dois ideais humanos com a certeza da vitória da Razão sobre a Fé, da Liberdade sobre a Escravidão (*A Lanterna*, 10/1912, p. 1).

No caso desse texto, observa-se uma adesão ainda emocional ao ideário anarquista, motivada mais pela profunda consternação sentida por um intelectual e educador ao escrever sobre a execução de outro. Nessa homenagem, Oiticica, pela primeira vez em sua carreira, escreve em defesa da doutrina anarquista, iniciando então sua longa colaboração à divulgação da pedagogia racionalista e à construção da imagem de Ferrer como “mártir da educação”. Essa publicação, entretanto, não se trata de um caso isolado. Acompanhando-se as edições do jornal *A Lanterna*, nos anos posteriores à execução, pode-se perceber que a disputa em torno da construção da memória de Ferrer ultrapassava fronteiras nacionais. Ilustrativo, nesse sentido, é a seguinte nota:

<sup>16</sup> Esse texto é considerado pelos biógrafos de Oiticica como uma espécie de carta de adesão ao movimento anarquista da época.



Recebemos da Europa e temos a venda uma boa quantidade de uma interessante medalha para corrente, tendo de um lado o retrato em alto relevo do grande mártir da educação racionalista e no reverso uma bela legenda (*A Lanterna*, 08/07/1911, p. 3).

Ou, ainda, esta campanha:

O Comitê Internacional incumbido de angariar fundos para levar a cabo a ereção dum monumento a Ferrer na capital belga, como reivindicação da memória do mártir nobilíssimo, como protesto do livre-pensamento universal contra o crime medievo praticado sob nossos olhos estupefatos, enviou-nos uma lista de subscrição que fica em nossa redação, esperando da dignidade dos livres-pensadores brasileiros a necessária cooperação nesta obra, não de idolatria, mas de desafronta da civilização moderna (*A Lanterna*, 08/07/1911, p. 3).

Observa-se, então, que os embates em torno da vida e morte de Ferrer ensejaram, ao longo dos anos, a criação de símbolos e “lugares de memória”<sup>17</sup> e ajudaram a sacralizar sua imagem. Mas, para além das polêmicas, também compareceram reiteradamente nas homenagens a ele prestadas a afirmação da continuidade de sua obra. Numerosos são os exemplos da fundação de escolas modernas nos veículos consultados e, embora se saiba que boa parte delas teve existência efêmera, não se pode desconsiderar sua contribuição para a renovação de práticas e concepções pedagógicas, para a quebra de tabus, como a coeducação de meninos e meninas, e até mesmo para a difusão da cultura escolar a uma parcela da população que, de outra forma, não teria acesso a ela.

A defesa da pedagogia de Ferrer, aqui tratada, exemplifica um aspecto dos embates em que os contendores passaram a se valer da imprensa como o principal veículo para esgrimir ideias, prática muito difundida em âmbito internacional. No entanto, deve-se salientar que os educadores anarquistas brasileiros, da mesma forma que seus opositores, se deparavam com uma difícil ambiguidade. De um lado, foram beneficiados pelas novas técnicas de impressão e reprodução, pela ampliação do número de tipografias e pela maior eficiência na entrega dos materiais, devido, entre outros fatores, aos novos e mais rápidos meios de transporte. De outro, precisavam lidar com a dura realidade de que aproximadamente 85% da população do país era analfabeta (Paiva, 2003, p. 70).

Dessa forma, a criação de escolas racionalistas atendia a um duplo objetivo: permitia viabilizar a “propaganda pela palavra”, método preferido pelos anarquistas

(Peres, 2010, p. 104), contribuindo para a ampliação da alfabetização em um momento em que a cultura letrada se tornava o mais importante meio de divulgação de saberes, no qual a imprensa militante também disputava espaço. Por outro lado, essa escolarização pode ser pensada, ainda, como um importante campo de batalhas políticas e ideológicas, no qual estava em jogo tanto o controle das práticas pedagógicas quanto da difusão do conhecimento para uma crescente parcela da população naquele período – os trabalhadores urbanos e seus filhos.

Concluindo e resumindo, neste texto procurou-se demonstrar que a luta pela difusão do ensino racionalista no Brasil teve como um de seus instrumentos mais importantes a utilização de veículos da imprensa operária, especialmente aqueles ligados a grupos anarquistas, e que a publicização desse ideário ocorreu de maneira combinada à construção da imagem de Francisco Ferrer como mártir da educação operária e à defesa de sua memória como modelo de educador a ser seguido. Tal combinação deve ser pensada levando-se em consideração a complexidade da arena em que ocorriam os embates em torno da escolarização. Nessa sociedade, ainda profundamente marcada pela exclusão e pela violência, o incipiente campo educacional caracterizava-se pela acanhada atuação do Estado e era amplamente dominado por modelos pedagógicos provenientes da visão católica, que então começavam a ser questionados.

## Referências

- ARAVANIS, E. 2005. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 239 p.
- BARRANCOS, D. 1990. *Anarquismo, educación y costumbres en la Argentina de principios de siglo*. Buenos Aires, Ed. Contrapunto, 327 p.
- BATALHA, C.H.M. 2012. O movimento operário brasileiro e a inspiração internacional (1870-1920). *Canoa do Tempo*, 5/6(2):75-88.
- BILHÃO, I.A. 1999. *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 118 p.
- BILHÃO, I.A. 2008. *Identidade e Trabalho: Uma história do operariado porto-alegrense (1898-1920)*. Londrina, EDUEL, 296 p.
- BRASIL. 1923. Decreto nº 4.743, de 31 de outubro de 1923. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4743-31-outubro-1923-567758-publicacaooriginal-91090-pl.html>. Acesso: 31/03/2015.
- CAMPOS, C.H. 1988. *O sonhar Libertário: Movimento Operário nos Anos de 1917 a 1921*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 190 p.
- CARVALHO, J.M. 2001. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 236 p.

<sup>17</sup> Esse termo é aqui empregado na acepção proposta por Nora (1993). É interessante observar que o monumento a Ferrer foi de fato inaugurado em Bruxelas no mês de novembro de 1911 e uma réplica foi erguida em Barcelona, em 1992. Em Porto Alegre, para mencionarmos um exemplo brasileiro, a municipalidade homenageou Ferrer, em 1916, dando seu nome a uma rua da cidade.

- CASTRO, R.C. de. 2014. *Nem prêmio, nem castigo! A Escola Moderna como ação revolucionária dos sindicatos operários durante Primeira República (São Paulo, 1909-1919)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 235 p.
- GALLO, S. 2013. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. *Pró-Posições*, 24(2):241-251.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072013000200015>
- GALLO, S.; MORAES, J.D. de. 2005. Anarquismo e educação – A educação libertária na Primeira República. In: M. STEPHANOU; M.H.C. BASTOS (orgs.), *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, p. 87-99.
- HARDMAN, F.F. 2002. *Nem pátria, nem patrão!* São Paulo, UNESP, 398 p.
- LAMOUNIER, A.A. 2011. *José Oiticica: Itinerários de um militante anarquista, 1912-1919*. Londrina, PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, 143 p.
- LAURIS JUNIOR, R.L. 2009. *José Oiticica: reflexões e vivências de um anarquista*. Assis, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, 137 p.
- LOPREATO, C. da S.R. 2000. *O processo Edgard Leuenroth. O espírito da revolta: a greve anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume/FAPESP, 281 p.
- LUCA, T.R. de. 2008. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: C.B. PINSKY (org.), *Fontes históricas*. 2ª ed., São Paulo, Ed. Contexto, p. 111-153.
- LUIZZETO, F.V. 1987. *Utopias anarquistas*. São Paulo, Brasiliense, 98 p.
- MORAES, C.S.V.; ACCIOLY E SILVA, D.; SANTOS, L.E. dos; CALSAVARA T. da S. 2015. Reverberações de um arquivo escolar anarquista. *RIDPHE R*, 1(1):126-137.  
[http://dx.doi.org/10.20888/ridphe\\_r.v1i1.7417](http://dx.doi.org/10.20888/ridphe_r.v1i1.7417)
- NORA, P. 1993. Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10(1):7-28.
- PAIVA, V.P. 2003. *Educação popular e educação de adultos*. 6ª ed., São Paulo, Loyola, 527 p.
- PETERSEN, S.R.F. 1995. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, 3(3):129-153.
- PETERSEN, S.R.F. 2001. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria! História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria/Porto Alegre, Editora UFSM/Ed. Universidade/UFRGS, 399 p.
- PERES, F.A. 2010. *Revisitando a trajetória de João Penteado: o discreto transgressor de limites. São Paulo, 1890-1940*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 211 p.
- POLLAK, M. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10):200-215.
- RIEGELHAUPT, J.F. 1982. O significado religioso do anticlericalismo popular. *Análise Social*, XVIII(72-73-74):1213-1230.
- SAMIS, A. 2007. Presenças Indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: J. FERREIRA; D.A. REIS, *A Formação das Tradições 1889-1945*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 1, p. 89-111 (Col. As Esquerdas no Brasil).
- SANTOS, L.E. dos. 2014. *A educação libertária e o extraordinário: traços de uma pedagogia (r)evolucionária*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 219 p.
- SCHMIDT, B. 2000. A palavra como arma: uma polêmica na imprensa operária porto-alegrense em 1907. *História em Revista*, 6(1):1-14.
- SCHMIDT, B. 2004. *Em Busca da Terra da Promissão: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre, Palmarinca, 510 p.
- SIRINELLI, J.-F. 2003. Os intelectuais. In: R. RÉMOND, *Por uma história política*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 231-269.
- SURIANO, J. 2001. *Anarquistas – cultura y política libertaria en Buenos Aires (1890-1910)*. Buenos Aires, Ediciones Manantial SRL, 361 p.
- SEVCENKO, N. 2003. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 420 p.
- TOLEDO, E. 2004. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 415 p.
- TRAGTENBERG, M. 1978. Francisco Ferrer e a pedagogia libertária. *Educação e Sociedade* 1(1):17-49.
- ULLMAN, J.C. 1972. *La Semana Trágica. Estudio sobre las causas socioeconómicas del anticlericalismo en España (1898-1902)*. Barcelona, Ariel, 693 p.
- VALLADARES, E. 2000. *Anarquismo e Anticlericalismo*. São Paulo, Imaginário, 93 p.
- VELÁZQUEZ, P.; VIÑAO, A. 2010. Un programa de educación popular: El legado de Ferrer Guardia y la Editorial Publicaciones de la Escuela Moderna (1901-1936). *Educació i Història: Revista d'Història de l'Educació*, 10(16):79-104.

## Fontes primárias

- A LUTA. 1906-1909. Porto Alegre. 13/09/1906, p. 2; 01/06/1909, p. 2; 17/10/1909.
- A LANTERNA. 1911-1912. São Paulo. 10/1912, p. 1; 08/07/1911, p. 3.
- A VOZ DO TRABALHADOR. 1908 e 1909. Rio de Janeiro. 30/10/1909, p. 1.
- O SYNDICALISTA. 1924. Porto Alegre, ano VI, n. 3, nov. 1924.

Submetido: 08/01/2016

Aceito: 11/03/2016